

literatura infantil
e juvenil

MARTA PASSOS PINHEIRO
JÉSSICA M. ANDRADE TOLENTINO

(Orgs.)

literatura infantil e juvenil

Campo, materialidade e produção



contafios

© Marta Passos Pinheiro . © Jéssica M. Andrade Tolentino

© Contafios . © Moinhos

Edição: Camila Araujo, Nathan Matos e Pablo Guimarães

Capa: Luís Otávio

COLEÇÃO PENSAR EDIÇÃO

Coordenação

Ana Elisa Ribeiro, Nathan Matos e Pablo Guimarães

Conselho Editorial

José de Souza Muniz Jr. (CEFET-MG)

Luciana Salazar Salgado (UFSCar)

Luís Alberto Brandão (UFMG)

Márcio Gonçalves (UERJ)

Marília Barcellos (UFSM)

Paula Renata Melo Moreira (CEFET-MG)

Sergio Karam

L776 Literatura infantil e juvenil: campo, materialidade e produção / Maíra Lacerda ... [et al.] ; organizado por Marta Passos Pinheiro e Jéssica M. Andrade Tolentino. - Belo Horizonte, MG : Moinhos; Contafios, 2019.
180 p. : il. ; 14cm x 21cm. - (Pensar Edição; v. 2)

ISBN: 978-85-45557-55-5 (Moinhos)

ISBN: 978-85-906597-1-6 (Contafios)

1. Literatura infantil e juvenil. I. Lacerda, Maíra. II. Farbiarz, Jackeline Lima. III. Corrêa, Hércules Tolêdo. IV. Pinheiro, Marta Passos. V. Souza, Renata Junqueira de. VI. Ribeiro, Guilherme Trielli. VII. Tolentino, Jéssica M. Andrade. VIII. Ribeiro, Marília Scaff Rocha. IX. Paiva, Ana Paula Mathias de. X. Moraes, Odilon. XI. Grossi, Maria Elisa de Araújo. XII. Machado, Maria Zélia Versiani. XIII. Coelho, Isabel Lopes. XIV. Ferreira, Eliane Aparecida Galvão Ribeiro. XV. Valente, Thiago Alves. XVI. Farias, Fabíola Ribeiro. XVII. Fernandes, Cleide Aparecida. XVIII. Ceccantini, João Luís C. T. XIX. Aguiar, Vera Teixeira de. XX. Pinheiro, Marta Passos. XXI. Tolentino, Jéssica M. Andrade. XXII. Título. XXIII. Série.

CDD 808.899282

CDU 82-93

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

Literatura infantil e juvenil 808.899282

Literatura infantil e juvenil 82-93

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Contafios

contato@editoracontafios.com.br

Editora Moinhos

contato@editoramoinhos.com.br

Sumário

Apresentação, 7

Marta Passos Pinheiro e Jéssica M. Andrade Tolentino

Panorama do campo

Apontamentos sobre livros para crianças no Brasil:
criação, edição e circulação, 17

Fabiola Ribeiro Farias e Cleide Aparecida Fernandes

Literatura juvenil sob coerções:
do leitor ao mercado, 31

João Luís C. T. Ceccantini e Vera Teixeira de Aguiar

Reflexões sobre a materialidade

Livro: um projeto de Design na Leitura, 53

Maíra Lacerda e Jackeline Lima Farbiarz

A materialidade da literatura infantil contemporânea:
projeto gráfico e paratextos, 71

*Hércules Tolêdo Corrêa, Marta Passos Pinheiro
e Renata Junqueira de Souza*

Retrato da literatura quando jovem: uma análise de
Catálogo de perdas, 87

*Guilherme Trielli Ribeiro, Jéssica M. Andrade Tolentino
e Marília Scaff Rocha Ribeiro*

Edição de livros infantis: interfaces e tecnologias da
escrita do encantamento, 99

Ana Paula Mathias de Paiva

O poder sedutor das capas nas escolhas literárias das crianças, 111

Maria Elisa de Araújo Grossi
e Maria Zélia Versiani Machado

**Aspectos da produção e recepção:
autor, editor e Leitor**

O contraponto na criação de livros ilustrados:
a dupla orientação em Rosa e Olavo, 127

Odilon Moraes

A reedição das obras de Monteiro Lobato, 143

Isabel Lopes Coelho

O tamanho da chave: as astúcias de Monteiro Lobato
e do mercado editorial, 159

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira
e Thiago Alves Valente

Autoras e autores, 175

Apresentação

Marta Passos Pinheiro

Jéssica M. Andrade Tolentino

Considerando as definições correntes do vocábulo *editar*, que se misturam às de *editar*, podemos distinguir dois tipos de atividade: tornar algo público por meio de impressão ou outro mecanismo de reprodução e preparar um texto, de qualquer natureza (como programa de rádio e televisão, filme e texto escrito), para publicação.

Neste livro, as duas concepções nos interessam. Ao tratar da edição de livros impressos de literatura infantil e juvenil, esta coletânea tem como objeto de reflexão a literatura que se publica para crianças e jovens, assim como os processos e elementos que fazem do texto um livro. São esses os aspectos que, para Genette¹ (2009, p. 9), garantem a presença do livro no mundo, “sua ‘recepção’ e seu consumo”.

Dessa forma, propomos uma discussão sobre os aspectos da materialidade das obras e sobre algumas decisões autorais e editoriais e seu impacto na produção. Para a transformação do texto em livro – não apenas como objeto, mas como bem cultural que chega ao leitor –, é importante ainda considerar os mecanismos que legitimam os livros infantis e juvenis e que garantem sua circulação e produção, como os prêmios e as políticas públicas. São essas as temáticas abordadas nos capítulos desta coletânea, que está organizada em três partes.

¹ GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

Na primeira, apresenta-se um panorama do campo. Em **“Apontamentos sobre livros para crianças no Brasil: criação, edição e circulação”**, Fabíola Ribeiro Farias e Cleide Aparecida Fernandes fazem uma instigante reflexão sobre o circuito dos livros para a infância, abarcando desde as instâncias de produção até os mecanismos de circulação e legitimação. Elas chamam a atenção para os diversos fatores que interferem na atividade editorial e determinam a natureza e a viabilidade de projetos, a exemplo das compras governamentais. A discussão ainda levanta importantes questionamentos acerca dos interesses dos leitores, do papel da crítica especializada e da importância das políticas públicas, não apenas para o desenvolvimento desse segmento editorial, mas sobretudo para a democratização da leitura e a formação de leitores no Brasil.

Em **“Literatura juvenil sob coerções”**, João Luís Ceccantini e Vera Teixeira de Aguiar propõem uma reflexão sobre a concepção de literatura juvenil, que já nasce marcada pela instabilidade presente no próprio conceito de juventude. Os autores apresentam um importante panorama histórico sobre a produção literária para jovens, inicialmente atrelada à literatura infantil, e discutem restrições sociais a que ela está submetida em várias etapas da cadeia editorial do livro. Assim, as restrições são pensadas e debatidas não apenas em relação ao conteúdo das obras, mas também à sua criação, concepção, edição, divulgação, distribuição, comercialização e leitura pelo público-alvo e demais leitores. Como destacam os autores, as decisões editoriais sobre cada uma das instâncias envolvidas nesse processo contribuem para a definição de um determinado conceito de obra juvenil. Para a discussão proposta, em perspectiva pouco explorada no Brasil, os autores ainda trazem para o diálogo importantes pesquisadores, como a portuguesa Maria Madalena Marcos Carlos Teixeira da Silva, a espanhola Gemma Lluch, o estadunidense John B. Thompson, além da espanhola Elsa Aguiar e da francesa Sylvie

Gracia, editoras que se destacaram pelo trabalho com a literatura infantil e juvenil.

Na segunda parte, o objetivo é refletir sobre a materialidade do impresso, sobre os elementos que fazem do texto um livro. Os paratextos, nos quais podemos incluir o projeto gráfico, são priorizados nos capítulos dessa seção. Em “**Livro: um projeto de Design na Leitura**”, Maíra Lacerda e Jackeline Lima Farbiarz, partindo de uma provocativa reflexão sobre o que define um livro, nos propõem sua compreensão como um problema complexo, ou um *wicked problem*, problema para o qual não é possível obter uma resposta fechada. Essa complexidade do objeto-livro é destacada pelas pesquisadoras por meio da análise de várias edições das obras *Alice no país das maravilhas* e *Alice através do espelho*, de Lewis Carroll, pseudônimo do inglês Charles Lutwidge Dodgson, escritas em 1864 e 1868, respectivamente, uma das obras literárias mais traduzidas e reeditadas de que se tem notícia. Como destacam as pesquisadoras, cada publicação dessas obras pode ser compreendida como uma resposta ao “problema” Alice, ou seja, para cada nova publicação é necessário que a obra seja novamente pensada, tendo em vista o seu novo contexto. Em novas edições, certamente, temos novas alices e também novas formas de leitura, o que nos leva a considerar a importância da materialidade da obra para a definição dessas formas de interpretação do texto. Sendo assim, para concluir a reflexão apresentada, as pesquisadoras acrescentam à concepção de design do livro a concepção de design na leitura: enquanto o primeiro se refere unicamente ao projeto do objeto-livro em si, o segundo, “em ampliação à ideia anterior, é a concepção de um projeto para a mediação do ato de ler”.

Em “**A materialidade da literatura infantil contemporânea: projeto gráfico e paratextos**”, Hércules Tolêdo Corrêa, Marta Passos Pinheiro e Renata Junqueira de Souza apresentam uma discussão sobre paratextos e projeto gráfico como linguagem

constituente da narrativa de livros infantis, analisando alguns elementos paratextuais de três livros ilustrados premiados, sendo dois brasileiros – *Um dia, um rio*, de Leo Cunha e André Neves, e *A quatro mãos*, de Marilda Castanha – e um português – *Mana*, de Joana Estrela. Na esteira dessa discussão, o trio dialoga com pesquisas atuais que aproximam o livro infantil do livro de artista de edição e que exploram a proposta intermídia encontrada em muitos deles. O trabalho contribui com reflexões importantes sobre os elementos constituintes do livro impresso e sobre o público leitor dos livros infantis contemporâneos.

Em “**Retrato da literatura quando jovem: uma análise de *Catálogo de perdas***”, Guilherme Trielli Ribeiro, Jéssica M. Andrade Tolentino e Marília Scaff Rocha Ribeiro chamam a atenção para a importância que o projeto gráfico vem assumindo nos livros juvenis contemporâneos. Buscando compreender possíveis relações entre os elementos visuais e a caracterização da obra como juvenil, o trio analisa *Catálogo de perdas*, de João Anzanello Carrascoza e Juliana Monteiro Carrascoza (SESI-SP Editora), obra premiada, em 2018, pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) nas categorias “Jovem” e “Melhor Projeto Editorial”. Nessa análise, original e inspiradora, o leitor é levado a refletir sobre a concepção de *jovem* e de *literatura juvenil* em nossa sociedade.

Em “**Edição de livros infantis: interfaces e tecnologias da escrita do encantamento**”, Ana Paula Mathias de Paiva aborda a convergência de linguagens na construção de livros para crianças. A pesquisadora destaca a presença da multimodalidade, marca da produção editorial contemporânea, que transforma a experiência leitora em um convite à experimentação e à interação. Além de oferecer um panorama das tendências editoriais no ramo infantil, a pesquisadora detém-se nos chamados livros-brinquedo, ressaltando suas características e potencialidades. Por sua vocação experimental, os livros-brinquedo “convidam ao manuseio, à auto-

nomia, à escolha do leitor, a jogos imaginativos, à coordenação e a passeios sensoriais-visuais”. Diante dessa perspectiva, o texto convoca os produtores de livros – autores e editores – a ouvirem os anseios de crianças e jovens por obras que promovam a “escrita da imaginação” por meio da convergência de múltiplas linguagens.

Na terceira e última parte, os textos priorizam uma discussão sobre alguns aspectos da produção e recepção de obras infantis e juvenis. Em “**O contraponto na criação de livros ilustrados: a dupla orientação em *Rosa e Olavo***”, o escritor e ilustrador Odilon Moraes apresenta uma reflexão sobre a linguagem do livro ilustrado, apresentando seus leitores com os bastidores de sua criação: algumas etapas de construção da linguagem no premiado livro *Rosa* (2017) e em *Olavo* (2018). O texto destaca-se por abordar o ponto de vista do próprio autor sobre sua obra e por trazer, para a discussão sobre livro ilustrado, a concepção do “escrever com imagens”, que não segue um único parâmetro. A escrita do livro ilustrado é representada por Odilon pela imagem poética de um arquipélago, de imagens e palavras.

Em “**O poder sedutor das capas nas escolhas literárias das crianças**”, Maria Elisa de Araújo Grossi e Maria Zélia Versiani Machado nos trazem a voz das crianças, a partir de alguns episódios de uma pesquisa recente sobre os critérios de escolha de obras literárias realizada por crianças do 1º ciclo do ensino Fundamental. Como recorte, optou-se pelos livros a elas endereçadas publicados no ano de 2015, considerados Altamente Recomendáveis pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Esse trabalho nos mostra que as crianças fazem escolhas, sim, e, em suas escolhas, destacou-se um importante elemento do projeto gráfico dos livros: a capa. Como elemento paratextual, a capa vem despertando o interesse desse público e contribuindo para o levantamento das primeiras hipóteses de leitura sobre a obra. A utilização de cores variadas e a presença de imagens próximas ao universo infantil foram os aspectos mais

observados nas escolhas relatadas pelas crianças. Esse trabalho traz ainda uma importante contribuição para as pesquisas sobre recepção de obras pelo público infantil ao apresentar a metodologia de pesquisa utilizada: círculos de leitura com as obras literárias e entrevistas individuais, a partir do enfoque Dime, que considera a capacidade crítica das crianças de emitirem “impressões e análises sobre os livros literários a que têm acesso”.

Em “**A reedição das obras de Monteiro Lobato**”, Isabel Lopes Coelho apresenta ao leitor os bastidores do processo editorial de publicação do célebre escritor brasileiro, cujos direitos autorais foram liberados em 2019. Responsável pela coordenação desse processo na editora FTD, Coelho elenca algumas estratégias fundamentais para a condução do projeto editorial em questão. A organização das obras em coleções, a modernização dos aspectos gráficos e das ilustrações, bem como a criação de uma série de aparatos, como textos de apresentação, conteúdos de apoio e glossários, são algumas das estratégias descritas. Tais decisões foram norteadas pelo desejo de atenuar o descompasso que possa existir entre o prestígio literário de Lobato e sua menor popularidade entre os leitores contemporâneos.

Em “**O tamanho da chave: as astúcias de Monteiro Lobato e do mercado editorial**”, Eliane Aparecida Galvão e Thiago Alves Valente analisam alguns paratextos da última edição da obra *A chave do tamanho*, de Monteiro Lobato, publicada pelo selo editorial Globinho em 2016. Os pesquisadores apresentam uma reflexão sobre a forma como esses paratextos – como *apresentação da obra*, *minibiografia do autor* e informações presentes na quarta capa do livro – buscam atualizar a obra para os leitores contemporâneos, a partir de determinadas chaves de leitura. Esses paratextos, que estão sob a responsabilidade do editor, ao mesmo tempo que preservam uma determinada memória sobre o autor, sua história e recepção crítica, apresentam protocolos de leitura que interferem na interpretação do texto literário. Diante disso,

nesse capítulo, chama-se a atenção para a importância da análise das diversas edições de Monteiro Lobato disponibilizadas no mercado e para o aprofundamento de estudos sobre as “inúmeras estratégias lobatianas que, no âmbito da narrativa, voltam-se à formação do raciocínio crítico e autônomo de seu leitor, enfim, que colocam a ‘chave’ em seu bolso”.

A palavra “chave”, presente na história de Monteiro Lobato, possui um rico campo metafórico. Ao mesmo tempo que é associada à ideia de abertura (abrir portas, abrir o coração de alguém, entrar no Céu), ela pode ser concebida como único meio para se ter acesso a algo. Essa concepção é questionada no famoso verso “Trouxeste a chave?”, do poema “Procura da poesia”, de Carlos Drummond de Andrade. Em se tratando da leitura de textos literários, não se pode pensar em um único caminho de interpretação. Neste livro, para a compreensão da literatura infantil e juvenil, apresentamos algumas chaves de leitura presentes nos elementos que compõem a cadeia editorial do livro. Convidamos todos para conhecê-las e desejamos que, ao final, estejam, tal qual o leitor a que aspirava Monteiro Lobato, com “a chave em seu bolso”. Boa leitura!

Panorama do campo

Apontamentos sobre livros para crianças no Brasil: criação, edição e circulação

*Fabiola Ribeiro Farias
Cleide Aparecida Fernandes*

A criação, a edição e a circulação de livros para crianças no Brasil: notas de contexto

Ouvimos, mais de uma vez, em suas muitas palestras para professoras e bibliotecárias por todo o Brasil, o escritor Bartolomeu Campos de Queirós dizer que é “extremamente triste estar sozinho quando se encontra a beleza”. Para o autor, a partilha de algo que experimentamos em estado de admiração ou espanto, próprio das criações artísticas, intensifica a nossa própria experiência. Quando lemos um livro de que gostamos, desejamos mostrá-lo a outras pessoas, especialmente àquelas que nos importam de modo mais próximo. Falamos, contamos a história, fazemos apreciações, somos levados a associações e esperamos que outros experimentem o mesmo. É próprio dos leitores esse desejo de partilha.

O editor pode ser compreendido como um leitor que deseja dividir histórias. A intimidade de suas leituras e preferências se torna pública e, por isso, política. Mais que a cumplicidade que nós, leitores comuns, buscamos em quem nos cerca, o editor propõe a pessoas desconhecidas, unidas apenas pela condição de leitores, sua partilha. Vai além disso: inscreve suas escolhas em uma ordem pública, na medida em que viabiliza e assina a circulação de narrativas, autorias, ideias, sistemas de pensamento e experimentações estéticas.

Como qualquer atividade econômica, a edição de livros e a profissão de editor estão inseridas nas relações capitalistas de

produção e, portanto, sujeitas a distintos fatores que determinam e mobilizam a relação entre uma proposta editorial e sua viabilidade, sendo o aspecto econômico um dos principais. Principal não quer dizer mais importante, em uma escala valorativa, mas não podemos desconsiderar o poder dos cálculos mercantis na viabilização ou interdição de projetos.

A relação com o poder econômico, que muitas vezes diz dos horizontes de uma casa editorial, reverbera diretamente em sua produção. As generalizações costumam ser imprudentes: não podemos afirmar que grandes grupos tenham como bússola as demandas do mercado, mas é válido refletir sobre os assentos nas mesas de decisões editoriais; quando o editor se torna responsável por toda a trajetória do livro, desde a decisão de publicar um texto até as estratégias comerciais para sua divulgação e comercialização, e suas escolhas são submetidas ao diretor de *marketing* da empresa, constatamos a relevância que a gestão empresarial vem ganhando, há décadas, no setor, como afirma Daniel Goldin:

Hoje, a maior parte das vendas é realizada fora do circuito das livrarias; quase todos os conhecimentos tradicionais perderam validade ou são ressignificados a partir de novos saberes. Hoje, uma parte do saber decisivo e do poder decisório não provém do âmbito da profissão. Há alguns anos, à frente dos grandes grupos, havia um editor; hoje é frequente encontrarmos um administrador. Na velha polêmica entre os números e as letras, nós, editores, nos sentíamos naturalmente inclinados para as letras. Hoje convivem, no setor editorial, publicitários, técnicos em computação, revisores, financistas e vendedores e os números são a única *língua franca* no interior da empresa. A gestão é medida pela lógica fria, contundente e concisa de um balanço de resultados. (GOLDIN, 2012, p. 116)

O que o autor considera a “única *língua franca* no interior da empresa” pode ser considerada, de alguma maneira, a limitação

para a realização de projetos experimentais, inventivos e arrojados que não encontram ressonância no mercado, mas que são importantes para o fortalecimento da cultura livresca e para a criação artística no país. Obviamente, há argumentos que validam o raciocínio econômico, entendendo que as editoras são empresas e que não podem arcar com investimentos dessa natureza. No entanto, a publicação de livros sem grande apelo comercial traz outra espécie de ganhos imediatos e a longo prazo para a editora, estando o prestígio de seu catálogo no primeiro caso e a construção de duração e permanência de seus títulos no segundo. Vale lembrar que catálogos de prestígio, com autores, ilustradores e obras com reconhecimento da crítica, incluindo a participação em prêmios, geram ganhos financeiros para a empresa.

Sem a organização gerencial dos grandes grupos, muito em função de suas limitações financeiras, as pequenas editoras costumam se dedicar a publicações mais segmentadas, destinadas a públicos específicos. Embora sua sobrevivência financeira, mais que o aumento do lucro, também seja uma constante preocupação, de maneira geral suas escolhas são marcadas pela viabilização de projetos editoriais com recortes estéticos ou abordagens teóricas específicas.

O segmento de livros para crianças e jovens, comumente chamados infantojuvenis¹, integra a mesma lógica, mas apresenta suas especificidades. A primeira e mais determinante delas são as compras governamentais, que alimentam programas de manutenção de bibliotecas escolares e públicas e distribuição de livros de literatura para estudantes em projetos especiais de formação de leitores literários. Os livros didáticos são um universo à parte, que movimentam o mercado editorial internacional e muito dinheiro.

¹ Optamos por nos referir à produção em questão como livros para crianças e adolescentes, uma vez que o termo infantojuvenil acaba por caracterizar o livro, e não o público a quem se destina.

Por sua abrangência e volume de recursos financeiros envolvidos, as compras governamentais acabam por orientar, em grande medida, a produção editorial para crianças no Brasil. Com alguma segurança, podemos dizer que os editores de livros para esse público investem grande parte de seus esforços na publicação de livros que atendam às demandas dos editais que regulam as compras governamentais, em vários aspectos: temas, gêneros textuais, formatos, autorias, materiais... Para dispor de mais chances de ter títulos selecionados, as editoras se valem de muitos artifícios, sendo um deles, no caso de grandes grupos, a criação de distintos selos, com diferentes razões sociais, uma vez que os editais costumam estabelecer o número de livros que podem ser inscritos por editora. Nesse contexto, é comum que livros sejam produzidos exclusivamente para a inscrição em editais de compras públicas. As tecnologias de produção permitem a impressão de poucos exemplares para essas ocasiões, sendo que o livro só será efetivamente impresso se adquirido por uma instituição pública.

Esse *modus operandi* interfere em toda a cadeia, criando um movimento próprio para a criação, a publicação e a circulação de livros para crianças no país. Além dos títulos e selos que acabam por não circular nas livrarias e na escassa produção crítica acerca de livros para este segmento, esse comportamento tem consequências nos catálogos editoriais, que ficam conceitualmente frágeis, sem concepção visível de sua proposta. Livros surgem e desaparecem sem que sequer sejam apresentados em livrarias e bibliotecas. Dito de outra maneira, muitos catálogos não traduzem escolhas editoriais de qualquer ordem, mas sim um conjunto de títulos esparsos que não constitui um catálogo. Em proporções diferentes, isso acontece em grandes e pequenas casas editoriais.

Livros, crianças, infâncias e leituras

A reflexão sobre livros para crianças pressupõe entendimentos, nem sempre explícitos, de distintas infâncias, contemplando

vários aspectos, desde como os pequenos leem até os temas considerados mais adequados para uma criança, de maneira geral idealizada, passando por presumíveis interesses específicos de cada idade, estímulo do mercado, expectativas dos pais e demandas escolares.

Diante da impossibilidade de definição da criança e do infantil, em função dos distintos e fluidos contornos disciplinares de que dispomos para tal, uma vez que são, ao mesmo tempo, sujeitos biológicos, sociais, históricos, econômicos e culturais, o entendimento do que seriam, especificamente, livros para crianças, navega em incertezas. Naturalmente, a observação da produção editorial para este público, bem como a experiência que pode ser relatada a partir da recepção, apontam alguns denominadores comuns.

Podemos dizer, com segurança, que os livros infantis costumam ter formatos maiores que os tradicionais, que contam com ilustrações e que, de maneira geral, não apresentam volume grande de texto. Também podemos fazer o mesmo exercício a partir dos conteúdos narrativos, tentando listar temas que são, aparentemente, infantis ou que se apresentam de modo mais recorrente nessa produção. Mas, ainda assim, teríamos uma definição frágil, que diria pouco do nosso objeto.

Talvez um bom percurso seja pensar os livros para crianças no âmbito do que nós, adultos, entendemos como infantil, a partir de demandas morais, pedagógicas ou formativas. Responder à pergunta “por que oferecemos livros para as crianças?” pode ajudar nessa reflexão. Embora múltiplas, as respostas costumam enlaçar compreensões comuns.

No discurso adulto as crianças estão sempre associadas a fantasias e brincadeiras, o que faz com que a primeira e mais recorrente resposta tenha a ver com o estímulo à imaginação. Não raro, essa perspectiva também se sustenta na ideia de diversão e de entretenimento. Em resumo, nessa perspectiva, oferecemos livros para as crianças para que elas fantasiem e se divirtam.

Outro entendimento comum está vinculado à aprendizagem de valores morais, à internalização, pela escuta e leitura de histórias, do certo e do errado. Essa abordagem é ampla e abarca considerável quantidade de expectativas, nem sempre explícitas, em relação aos livros para crianças. Apesar de, atualmente, rejeitada no discurso pedagógico, dentro e fora do ambiente escolar, a intenção de ensinar continua presente na produção editorial para crianças. Embora existam, talvez já não sejam tão recorrentes os títulos de literatura que se dedicam explicitamente à educação ambiental, ao ensino de boas maneiras, de hábitos alimentares e de noções de higiene, mas é grande a oferta de livros pretensamente literários que discutem amizade, solidariedade, diferenças, compreensão, obediência, tolerância, dentre muitos outros temas, como intenção central da obra.

Há também quem defenda que os livros ajudam as crianças na aprendizagem da língua, especificamente da escrita. É comum ouvirmos que a leitura faz com que as pessoas aprendam a escrever melhor.

Isoladamente, todas essas justificativas parecem frágeis, mas, vistas em conjunto, podem ser verdadeiras. A leitura na infância, especialmente de textos literários, permite que as crianças compreendam a língua como instrumento de fantasia; não aquela que se restringe a dar voz a animais ou fazer com que humanos voem e transitem livremente entre o passado e o futuro, mas a que cria condições para a imaginação do outro, daquilo que nos parece estranho. Um conto, um poema muito curto ou uma narrativa por imagens podem convidar uma criança a se colocar em outro tempo, em outro espaço, a experimentar condições de existência, medos, angústias, desejos e esperanças alheios. Apesar de não existir para ensinar, aprendemos com a literatura, uma vez que percebemos jeitos de estar no mundo, relações de poder e a potência das palavras para comunicar, ordenar, desorganizar e reinventar a vida tal como a conhecemos. E, claro, a leitura e o contato com os

livros, objetos de cultura, desde a primeira infância, nos ajudam a compreender e a participar da cultura escrita. Assim, mais que facilitar nossa aprendizagem das letras, entendemos o que significa ler e escrever, mesmo que sem condições para elaborar tal percepção.

Obviamente, podemos dizer que as respostas oferecidas para a pergunta “por que oferecemos livros para as crianças?” serviriam também para explicar o que os livros, especialmente os de literatura, oferecem para os adultos. Sim, é verdade. Em uma perspectiva formativa, os livros nos ajudam, a todas as pessoas, a compreender quem somos, o espaço, o tempo e as relações que vivemos. Desde a primeira infância, somos convocados a ordenar e a significar o mundo, a nos perceber em nossa historicidade. Essa é a oferta dos livros para todos nós, incluindo as crianças.

Assim, podemos afirmar que nenhum dos elementos que compõem o que conhecemos como livros para crianças é especificamente infantil. Em conjunto, formam o produto livro que destinamos à infância. Porque sujeitos históricos, às crianças podem interessar os mais diversos temas que as ajudem a significar o mundo. Ressalvadas as limitações próprias de cada idade nos mais diversos contextos socioculturais, especialmente em relação à aprendizagem da leitura e ao repertório simbólico de cada criança, na grande maioria das vezes ligadas à forma e às experimentações com a linguagem, não há justificativa consistente para a definição prévia ou a exclusão de uma gama de temas nos livros para as crianças, a título de “infantil”.

Nessa discussão, um elemento se apresenta com especial interesse: as ilustrações. De maneira geral, as ilustrações não estão presentes em livros para adultos, a não ser em imagens de capa e vinhetas na abertura de capítulos. É raro que romances, livros de poemas ou de contos apresentem ilustrações como elemento de suas narrativas ou construções poéticas. Quando aparecem em livros para adultos, as imagens quase sempre se apresentam como ornamento, sem vínculo com o texto, de tal maneira que, se

excluídas, a ausência não é percebida como lacuna, uma vez que não interferem na história que se conta e que se lê. A exceção fica a cargo das *graphic novels*, que se constroem na escrita híbrida de texto e imagens, e dos livros chamados “de arte”, com reprodução de pinturas e fotografias.

Já nos livros para crianças, as ilustrações são, junto com o texto escrito, a principal forma narrativa, o que quer dizer que as histórias são contadas com letras e desenhos. Cada vez mais, as ilustrações se propõem como narrativa, seja complementando o texto, ampliando suas possibilidades ou multiplicando as vozes dentro da mesma história. Em muitos livros, as imagens contam por si só, prescindindo do texto verbal.

Mas seriam as ilustrações um elemento narrativo especificamente infantil? Os grandes formatos só interessam às crianças? Há temas naturalmente infantis? E, o mais importante: as crianças querem o que nós, adultos, consideramos infantil?

É preciso considerar que as infâncias são muitas e que a criança idealizada quando pensamos em livros infantis estará sempre em falta em relação aos sujeitos concretos, com suas determinações objetivas e subjetivas.

O que os especialistas consideram bom, do que as crianças gostam, as políticas públicas e o mercado editorial: desafios e compromissos

A crítica à produção editorial para crianças é escassa no Brasil. Quando existem, as resenhas se dedicam a apresentar sinopses de enredos ou a exaltar autorias, especialmente quando escritor e ilustrador já são conhecidos do grande público, seja pela exposição na imprensa ou pelas leituras escolares. Instrumentos importantes de divulgação de livros, autores, ilustradores e até mesmo de editores – estes últimos considerados, neste contexto, como parte da autoria – têm sido as listas e os prêmios literários, que, ano a ano, apresentam suas escolhas.

A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ realiza anualmente, desde 1975, o prêmio “O melhor para criança”, que atualmente conta com dezoito categorias². A participação é facultada a qualquer editora brasileira, que tem como obrigação enviar os títulos publicados no ano de referência à FNLIJ e aos leitores-votantes, atualmente em número de vinte e dois, distribuídos por dez estados³ e Distrito Federal. Além da premiação principal, a FNLIJ elabora uma lista com os livros que considera, a partir da seleção dos leitores-votantes, “Altamente recomendáveis”. Também é responsável pela seleção dos títulos que compõem, anualmente, o Catálogo de Bolonha, criado e produzido para a divulgação da produção editorial brasileira no principal evento internacional dedicado a livros para crianças e jovens, o Bologna Children’s Book Fair, realizado todos os anos na Itália.

A Revista Crescer, vinculada à editora Globo, tem como temática a maternidade, a gestação e o desenvolvimento das crianças, com matérias sobre saúde, alimentação, brincadeiras. Desde 2006, em formato que se modificou ao longo do tempo, a Crescer elabora sua seleção anual de livros para crianças; atualmente, publica a lista “30 Melhores Livros Infantis do Ano”, com títulos selecionados por profissionais da área, como escritores, ilustradores, professores, bibliotecários e pesquisadores⁴. Não há, como no processo da FNLIJ, o envio dos livros pelos editores aos profissionais que participam da seleção, que é feita a partir

² Criança, Jovem, Imagem, Informativo, Poesia, Livro Brinquedo, Teatro, Teórico, Reconto, Literatura em Língua Portuguesa, Tradução/Adaptação Criança, Tradução/Adaptação Jovem, Tradução/Adaptação Informativo, Tradução/Adaptação Reconto, Revelação Escritor, Revelação Ilustrador, Melhor Ilustração e Projeto Editorial.

³ Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além de Brasília – DF.

⁴ Na edição 2018, trinta e cinco profissionais, de vários lugares do país, participaram da seleção.

do conhecimento de cada um sobre os lançamentos destinados a crianças de zero a oito anos no período de referência.

A revista eletrônica *Emília*⁵, que se dedica à reflexão sobre livros, leitura, infância, juventude e formação, organizou, no período de 2013 a 2017, o “Destaques *Emília* / Olhar Leitor”, com a seleção de livros do ano, escolhidos por profissionais (professores, editores, escritores, ilustradores, pesquisadores) e também por grupos de crianças, a partir de livros enviados por editoras e da observação da produção editorial brasileira pelo grupo participante. Para além da divulgação da lista dos livros escolhidos, a Revista *Emília* investiu na explicitação de sua metodologia de trabalho e na apresentação do processo de construção de critérios de seleção, com publicações eletrônicas sobre todas as etapas do trabalho⁶.

A Cátedra Unesco de Leitura Puc-Rio promove, desde 2016, a divulgação de listas de livros para crianças e jovens com títulos que considera de qualidade e excelência, produzidos no Brasil no período de referência, com os selos Seleção Cátedra 10 e Distinção Cátedra 10. A seleção é feita pelos membros do Grupo de Estudos em Literatura Infanto Juvenil – GELIJ, vinculado ao Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As listas com livros e autores premiados recebem grande atenção da imprensa e de veículos especializados, como blogues e revistas na internet. Compartilhadas e comentadas nas redes sociais por escritores, ilustradores, editores, professores, bibliotecários, pesquisadores e pessoas interessadas no tema, divulgam títulos e apreciações sobre os mesmos. E colocam à prova os premiados junto ao seu público-alvo, gerando discussões sobre convergências e descompassos entre o que especialistas consideram de qualidade, a oferta nos principais espaços de leitura e o interesse das crianças.

⁵ Disponível em: <www.revistaemilia.com.br>.

⁶ Disponível em: <<http://revistaemilia.com.br/categorias/destaques-e-olhar-leitor/>>.

Para contextualizar a discussão proposta, é necessária breve reflexão sobre a formação do gosto, que nos permite, e às crianças, apreciar de maneiras distintas um livro, assim como outros bens culturais. De acordo com Pierre Bourdieu, o gosto está, em grande medida, determinado pelas condições materiais de existência dos sujeitos. Estaremos sempre mais disponíveis para algo que conhecemos, que nos é familiar, com que fomos acostumados. Assim, se as crianças conhecem e estão acostumadas a personagens de desenhos animados, é provável que se interessem por histórias que os tenham como personagens. O mesmo podemos dizer em relação à forma e ao tema: é mais fácil e confortável seguir uma narrativa que se assemelha, formalmente, ao que conhecemos, e que trata de assuntos do nosso cotidiano. Por isso, é tão comum que os livros para crianças apresentem narrativas com elementos do universo dos pequenos, criando uma relação de identidade com sua rotina, anseios, medos e desejos.

Naturalmente, as crianças se sentem acolhidas por narrativas que dialoguem diretamente com sua vida. É confortável saber que outros são como nós, que partilhamos algo comum. Para os adultos – pais, mães, professoras – também é cômoda a leitura segura e sem imprevistos, que certamente agrada às crianças.

Porém, se pensamos nos livros de literatura como leituras formativas, essas que nos ajudam, desde a primeira infância, a compreender, por meio da cultura escrita, o tempo, o espaço e as relações que vivemos, as leituras de identidade são pouco potentes, pois, se, por um lado, criam sentimentos de empatia, por outro, encerram os leitores em seu universo imediato. Dito de outra maneira: oferecemos às crianças aquilo que compreendemos como infantil.

Os bons livros podem mais que isso. É difícil e complexo definir, objetivamente, o que seriam bons livros e um exato exemplo são as tentativas de elaboração, sempre limitadas e limitadoras,

dos critérios estabelecidos por editais para a aquisição de acervos bibliográficos. Por ora, no âmbito da discussão aqui proposta, podemos nos contentar com o entendimento de que livros bons são aqueles que nos convocam, nos obrigam a pensar para além da vida imediata, seja em suas narrativas, em suas experimentações estéticas ou na proposição de temas – e isso se aplica a leitores de todas as idades.

Não restam dúvidas de que a produção brasileira de livros para crianças cresceu muito nas últimas duas décadas, tanto na quantidade e na diversidade de títulos publicados quanto no desenvolvimento do mercado editorial, ampliando as possibilidades de criação e viabilizando materialmente a inventividade de escritores e ilustradores. Mas se a oferta livresca foi consideravelmente qualificada e programas públicos de aquisição de livros abasteceram significativamente as bibliotecas escolares e públicas do país, embora os acervos ainda estejam longe do considerado ideal em termos de quantidade e diversidade e em algumas regiões os livros ainda sejam escassos, podemos dizer que temos políticas eficientes de democratização do acesso à leitura e de formação de leitores no Brasil?

Infelizmente, não. O mercado editorial cresceu, quantitativa e qualitativamente, mas o mesmo investimento não foi feito na formação de professores, bibliotecários e demais mediadores de leitura. Com capital cultural frágil, formação superficial e aligeirada, salários precários e longas jornadas de trabalho, esses profissionais, em sua maioria, não dispõem das condições para ler e para se formar leitores: falta-lhes tempo, essencialmente. Não apenas o tempo em minutos ou horas para ler, mas o tempo para pensar, para existir fora da produção necessária à sua sobrevivência. Podemos ir mais longe e voltar ao óbvio: as desigualdades sociais que oprimem a população brasileira permitem uma educação democrática e inclusiva, em que os livros, especialmente os de literatura, sejam, efetivamente, para todos?

Sabemos as respostas e vislumbramos tristemente nossos horizontes. Alguns podem entender que a falência de nossa política educacional e as desigualdades sociais extrapolam os limites de reflexão sobre a produção e a circulação de livros para crianças. Nós pensamos que não. Em um cenário de desamparo, precisamos considerar os livros que escrevemos, ilustramos, editamos e fazemos circular na relação com os sujeitos concretos a quem são destinados. Num país como o Brasil, onde a grande maioria das crianças tem seu primeiro e, muitas vezes, exclusivo, contato com materiais de leitura no ambiente escolar, é necessário pensar nas condições de leitura de professores, bibliotecários (quando existentes na escola) e estudantes.

Precisamos publicar bons livros e fazer com que eles cheguem aos leitores. Também é importante que se fortaleça o discurso sobre os livros para crianças e suas autorias, processos de criação e produção, o que a crítica, embora escassa, os prêmios e listas fazem com algum êxito. No que toca ao editor, reafirmamos a proposição de Emília Ferreiro:

O livro se completa quando encontra um leitor intérprete (e se transforma em patrimônio cultural quando encontra uma comunidade de leitores intérpretes). Por isso a tarefa de um editor é tão singular: deve não só produzir um objeto tão cuidado e bem-acabado quanto possível, como também tem de ter consciência de que esse objeto, por mais cuidado e bem-acabado que seja, será sempre incompleto se não encontrar “o outro”, “os outros” que lhe darão completude. Esse “outro”, (esses “outros”) têm de ser leitores. (FERREIRO, 2009, p. 22-23)

Juntos, escritores, ilustradores, editores, professores, bibliotecários, mediadores de leitura, pesquisadores e livreiros, comprometidos com a formulação, a execução e o controle social de políticas públicas consistentes, cada um a partir de seu campo de

atuação, temos que criar condições para que os livros sejam efetivamente lidos e que as leituras, assim como a escrita, estejam no centro do ensino e da aprendizagem. Seja por busca de completude, como postula Emilia Ferreiro, seja por sobrevivência econômica (os leitores garantem a permanência e a perenidade de bons catálogos). Sem a ingenuidade do discurso salvacionista da Educação e da leitura, precisamos encontrar brechas e abrir caminhos nas contradições do capitalismo para seguir escrevendo, ilustrando, editando, oferecendo e lendo com e para as crianças livros que nos lancem ao desconhecido e ao inimaginado, para que possamos voltar ao cotidiano com mais repertório para compreender, indagar e intervir no mundo.

Referências

- FERREIRO, Emilia. *Passado e presente dos verbos ler e escrever*. São Paulo: Cortez, 2009.
- GOLDIN, Daniel. *Os dias e os livros*. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.
- GOSTO. In: CATANI, Afrânio Mendes *et al.* (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.